

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO SOBRE ENCHENTES

ENCHENTES

**Parecer n.º 631/83, das Comissões Especiais sobre o Requerimento n.º P 3/83,
publicado no Diário Oficial do Estado de 1.º de novembro de 1983.**

MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PRESIDENTE	- MARCOS RIBEIRO DE MENDONÇA
1º VICE-PRESIDENTE	- GABRIEL MARTINS ORTEGA
2º VICE-PRESIDENTE	- AVANIR DURAN GALHARDO
1º SECRETÁRIO	- ANTONIO SAMPAIO
2º SECRETÁRIO	- CLÁUDIO BARROSO GOMES
1º SUPLENTE DA MESA	- TEREZA DE SOUZA LAJOLO
2º SUPLENTE DA MESA	- NELSON GUERRA JÚNIOR

Esse parecer é o resultado dos trabalhos da Comissão Especial de Inquérito sobre as enchentes de São Paulo.

Criada a 21 de fevereiro de 1983, essa CEI é composta pelos seguintes vereadores:

Cláudio Barroso Gomes (PT) — Presidente

Arnaldo Madeira (PMDB) — relator — (nomeado a seguir como Secretário da Habitação)

Luíza Erundina (PT)

Getúlio Hanashiro (PMDB) — (nomeado a seguir como Secretário dos Transportes)

Nelson Guerra (PDS)

Mário Noda (PTB)

Albertino Nobre (PTB)

Os Vereadores nomeados secretários foram substituídos por Edson Simões (relator) e Lauro Ferraz, ambos do PMDB.

Essa CEI foi bastante diversa das Comissões anteriores: as reuniões foram conduzidas para se tornarem debates entre os participantes e não frios depoimentos. Além disso os vereadores saíram da Câmara Municipal para realizar as reuniões da CEI nas áreas atingidas.

Além do relatório aqui apresentado, os 6 meses de trabalho desta CEI resultaram, em alguns casos, na ação real do executivo para resolução de alguns pontos de enchentes, ação essa decorrente do somatório do poder de denúncia e pressão da população e do legislativo.

Assim aconteceu no caso da Nitro Química, onde se conseguiu a desapropriação, já aprovada pelo prefeito, de uma faixa de 20 metros, de propriedade da fábrica, para a execução de um canal a céu aberto que trará o fim das enchentes.

Na Vila Industrial, conseguiu-se a aprovação da canalização do Córrego da Rua Lucas de Camargo, que em breve será executada.

No rio Cabuçu concretizou-se a rápida execução do seu desassoreamento pelo poder público.

E, mais do que isso, o trabalho da CEI resultou também no fortaleci-

mento da organização da população atingida, através da unificação de movimentos dispersos. A prova disso é que passada a fase crítica das enchentes (dezembro-março), os moradores continuam a pressionar o poder público para a solução do problema.

A participação ativa dos atingidos nos trabalhos da CEI resultou também numa visão mais concreta das causas das enchentes, já crônicas em São Paulo.

A realidade trazida à CEI pela população mudou o ponto de enfoque da questão, antes discutida sempre em relação às soluções para o escoamento dos grandes rios. O depoimento dos diretamente atingidos mostrou a crítica situação em que se encontram as bocas de lobo, galerias e córregos, negligenciados sistematicamente pelo poder público.



Consequências do transbordamento do Córrego Gamelinha, 12/02/83.

Foram realizadas 6 sessões de trabalho da CEI:

28 de fevereiro

Na Câmara Municipal, com a participação dos vereadores Cláudio Barroso Gomes, Arnaldo Madeira, Luíza Erundina e Getúlio Hanashiro, além dos convidados ex-prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz e o engenheiro Lucio Gregori. Foi convidado, mas não compareceu o Sr. Osvaldo Yasbek, ex-superintendente do DAEE.

7 de março

Na Câmara Municipal, com a participação dos vereadores Cláudio Barros Gomes, Mário Noda, Luíza Erundina e Antônio Carlos Fernandes. Estiveram presentes os seguintes convidados: Werner Zulauf e Adriano Branco.

14 de março

Na Câmara Municipal, com a participação do vereador Cláudio Barroso Gomes e dos convidados Jorge Wilhelm, Horácio Ortiz, Brás Juliano, Marcos Lobato, Adriano Diogo, Catão Francisco Ribeiro, Carlos de Jesus Campos, Cid Barbosa Lima Jr. e Fernando Vitor.

21 de março

Realizada em São Miguel Paulista, com a participação de cerca de 300 moradores e representantes dos bairros atingidos e dos seguintes vereadores: Cláudio Barroso Gomes, Luíza Erundina, Albertino Nobre, Antônio Carlos Fernandes. Estiveram presentes também os seguintes convidados: engenheiros Gunter e Guazelli, representando o Secretário de Vias Públicas, e os senhores Rômulo Soares e Orlando Dias, representando a Nitro Química. Não compareceram o Secretário dos Negócios Metropolitanos, Almino Affonso, o Secretário de Obras e Meio Ambiente, João Osvaldo Leiva e Sampaio Dória, Secretário das Administrações Regionais.

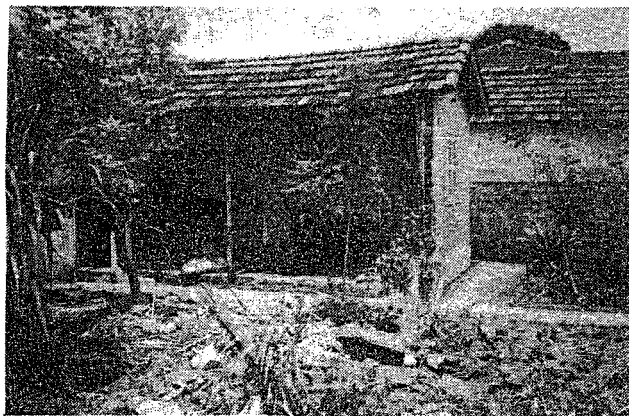
12 de abril

Realizada no Jardim Cabuçu, com a participação de 200 moradores e representantes de bairros atingidos e dos seguintes vereadores: Edson Simões, Tereza Cristina de Souza Lajolo, Faustino Ramalho de Guarulhos e Wadid Jorge Moutran. Compareceram também o representante da

Prefeitura de Guarulhos, Vicente Gonçalves Filho, os engenheiros Gunter e Guazelli, representando o Secretário de Vias Públicas, o supervisor de obras públicas José Miquelino Neto e Santos Romeu, administrador regional da Vila Maria e Vila Guilherme, além de Waldemar José Rodrigues e Alceu Vioto.

29 de maio

Realizada na Vila Prudente com a participação de cerca de 400 moradores e representantes dos bairros atingidos e dos seguintes vereadores: Cláudio Barroso Gomes, Luíza Erundina, Mário Noda e Edson Simões. Compareceram também Valdemar Casadei, superintendente do DAEE, Manuel Carneiro, representante da Secretaria dos Negócios Metropolitanos, o administrador da Vila Prudente, Carlos Eduardo Ferraz Alves de Lima e o representante da Secretaria de Vias Públicas, Rolando Santos de Abreu. Não compareceram o administrador regional da Mooca e o prefeito de São Caetano do Sul.



Consequências do transbordamento do Córrego Gamelinha, pouco antes de sua embocadura no rio Aricanduva, 12/02/83.

As enchentes de São Paulo

Os problemas de enchentes são oriundos da intervenção dos homens no solo, rompendo o equilíbrio entre as áreas que a natureza determinou inundáveis ou não.

A gravidade desse desequilíbrio depende da intensidade dessa intervenção, crescendo à medida que o homem, da transformação de matas em plantações, passa a construir suas cidades cada vez mais densas e de solos cada vez mais impermeáveis.

Com isso os vales recebem um volume cada vez maior de água e assim áreas antes não inundáveis passam a ficar submersas nas cheias. Essa situação se agrava quando a urbanização traz alterações de topografia que acabam bloqueando a drenagem natural das águas.

O cuidado que o homem tem com a natureza na formação da cidade dará o grau de problemas que ele enfrentará na ocorrência de chuvas.

Não é novo o problema das enchentes no Município de São Paulo. Há mais de um século todo ano milhares de moradores vêem suas casas sendo invadidas, o trânsito pára, indústrias e estabelecimentos comerciais sofrem prejuízos consideráveis.

De notícias de jornais (1) podemos fazer um breve relato do que vem acontecendo:

1877 O rio Tamanduateí inundou a várzea do Carmo.

1878 O rio Tamanduateí transbordou, sendo afetadas as regiões do Brás, rua do Galômetro, Pari, rua do Hipódromo;

1929 A água cobriu toda a várzea do rio Tietê e de diversos afluentes; na várzea do rio Pinheiros as águas chegaram ao topo do telhado do Clube Pinheiros;

1960 Diversos pontos da cidade foram inundados, o Corpo de Bombeiros atendeu 2800 chamadas;

1962 Foram afetados os bairros de Santo Amaro, Cidade Ademar, Brooklin, São Miguel Paulista; o rio Tietê subiu 2 metros, 150 pessoas ficaram ilhadas, o Corpo de Bombeiros fez 1511 salvamentos;

1963 A av. do Estado foi totalmente inundada e diversas áreas da cidade foram interditas;

1964 A cidade se tornou uma verdadeira zona de lagos;

1965 Grandes áreas ficaram alagadas por várias horas, 20% das indústrias pararam, 30% da população não conseguiu chegar ao trabalho, 1400 telefones ficaram mudos, 2 pessoas morreram, houve desabamento de várias residenciais e prejuízos que ultrapassaram a casa do bilhão de cruzeiros no comércio atacadista de gêneros alimentícios;

1966 Três Mil desabrigados foram alojados no Estádio do Pacaembu e nos presídios da Alegria e do Hipódromo; na zona do mercado os prejuízos foram de US\$ 2,3 bilhões e a cidade ficou 20 dias sem gás de rua;

1968 Os bombeiros atenderam 5000 ocorrências e cerca de 10000 pessoas ficaram desabrigadas;

1969 "Bem-vindos a Veneza" — frase dita com humor por moradores da Av. Tereza Cristina, no Ipiranga;

1971 Foram alagados o Parque D. Pedro II, av. do Estado e bairros do Ipiranga, Cambuci, Glicério, Brás e Mooca;

1972 A zona norte foi das mais atingidas, os prejuízos foram de milhões de cruzeiros e houve 4 mortes;

1973 Além da inundação do Anhangabau e da Av. Pacaembú, na Penha 50 famílias ficaram desabrigadas e na Vila Carrão ocorreram 4 desabamentos;

1974 Com 5 dias de chuva, houve inundação em 36 bairros;

1975 Sete mortes causadas pelas inundações;

1976 Sessenta por cento (60%) dos córregos transbordaram, pelo menos 50 pontos da cidade foram inundados, 3800 pessoas ficaram desabrigadas e ocorreram 6 mortes só na região Sudeste; a represa de Guarapiranga quase teve suas comportas rompidas durante as fortes chuvas;

1977 As águas subiram durante a noite inteira, sitiando pelo menos 50 pontos da cidade;

1982 Com vinte minutos de chuva foram inundados mais de 200 pontos da cidade;

1983 Em fevereiro as inundações desabrigaram 2000 pessoas, causaram 8 mortes; nas marginais alagadas o congestionamento durou até oito horas, o Terminal Rodoviário do Tietê foi alagado, tendo que ser paralisado assim como a Santos-Jundiaí e o Aeroporto de Congonhas; os prejuízos foram incalculáveis;

Os dados fornecidos pela COMDEC (Comissão Municipal de Defesa Civil, criada em 1978, principalmente para atender as emergências causadas pelas enchentes) nos dão um quadro bastante crítico:

Período	Nº de enchentes	Incremento %
1978/79	125	—
1979/80	147	17,60
1980/81	185	25,85
1981/82	246	32,97

Fonte: COMDEC in *Diagnóstico de Drenagem do Município de São Paulo — março 83 — SEMPLA*

A cada ano vem aumentando mais os casos de enchente e esses pontos estão espalhados por toda a cidade. O mapa "Evolução da Mancha Urbana X Evolução dos Pontos Críticos de Enchentes" (em anexo) deixa claro ainda que para onde quer que a cidade avance, as enchentes ocorrem, nem sempre relaciona-

das diretamente com a proximidade aos grandes rios da região: Tietê, Pinheiros e Tamanduateí.

Por que isso vem acontecendo?

Não se pode acusar a natureza de estar causando catástrofes na cidade de São Paulo. Os dados fornecidos pelo DAEE sobre a precipitação pluviométrica demonstram que pelo menos entre 1.979 e 1.982 os índices não foram excepcionais, não havendo portanto chuvas que em sua quantidade ou intensidade fugissem ao previsto na região..

Passemos então a ver quais são as razões pelas quais nos mais diversos pontos da cidade as casas são invadidas, pessoas são soterradas, enxurradas carregam crianças, ruas desaparecem pelas águas das chuvas.

As enchentes localizadas

Quando chove na cidade, uma parte da água é infiltrada nos parques, jardins e quintais existentes. Outra parte deve correr para os chamados sistemas de drenagem: bocas de lobo, guias e sarjetas, coletores e galerias de água pluvial, que são ligadas aos córregos que desagüam nos ribeirões e rios existentes, que têm suas chamadas áreas de várzea, que a natureza reservou para a água ocupar nas épocas chuvosas.

As enchentes podem ocorrer se há falha em qualquer um desses pontos.

Uma das razões existentes é a própria ocupação do solo urbano. A Prefeitura Municipal teve e tem um descuido na reserva de áreas ajardinadas capazes de favorecer a infiltração das chuvas. Em 1975 a Região Metropolitana de São Paulo tinha 4,5 m² de área verde por habitante, enquanto o mínimo reconhecido mundialmente é de 8 m² por habitante (2). Parques e jardins são considerados luxo reservado apenas aos bairros das classes

mais favorecidas. Nas áreas periféricas da cidade os loteadores, sob as vistas da Prefeitura, reservam como "áreas verdes" as áreas que são impossíveis de serem loteadas pela sua declividade. Assim as águas das chuvas, ao invés de se infiltrar nessas áreas, causa grandes problemas de erosão, levando a terra para os sistemas de drenagem.

O aumento das áreas impermeabilizadas por asfaltamento, a multiplicação dos loteamentos e a não obrigatoriedade de áreas ajardinadas nos lotes aumenta ainda mais a quantidade de água que chega aos sistemas de drenagem.

E aí deparamos com outra causa das enchentes: a capacidade dos coletores e galerias, de responsabilidade da Secretaria das Administrações Regionais, é insuficiente para dar escoamento ao volume d'água proveniente das áreas impermeabilizadas.

Além disso, e talvez mais grave para a população: a conservação e limpeza dos córregos e galerias, de responsabilidade das administrações regionais, é relegada a um 2.º plano.

Ora, se o poder público (estadual e municipal), não controla os loteamentos que causam o assoreamento dos córregos e rios, não oferece a grande parte da população a coleta de lixo e a limpeza das ruas e depois não limpa as galerias e os córregos, para onde a água das chuvas vai? Para dentro de nossas casas.

Essa política vem só desmascarar o entrosamento da decisão dos investimentos públicos com os anseios dos grandes proprietários de terra e empresários: a indústria automobilística, maior responsável pelos problemas de tráfego que seus veículos ocasionam, não contribui proporcionalmente mais do que qualquer outro morador para a sua solução. Ao mesmo tempo, os investimentos públicos atuam como mola da especulação na cidade, quando zonas estagnadas recebem investimentos em serviços ou infra-estrutura. Assim, a canalização de um córrego, a implantação de uma via asfaltada repercutem imediatamente no preço dos terrenos e no aumento dos negócios imobiliários: loteamentos, edifícios etc.

A situação fica mais grave quando vemos que em São Paulo grande parte dos esgotos é jogada diretamente nos cursos d'água, além da tolerância das autoridades municipais quanto ao despejo de toda a sorte de resíduos, detritos industriais e refugos.

Chegamos então à situação dos córregos da cidade, atualmente sob a responsabilidade da Secretaria de Vias Públicas.

Com o crescimento de São Paulo, cada vez mais nossos córregos foram sendo estrangulados pelas construções. As várzeas, que nas chuvas fortes os córregos inundavam, foram sendo mais e mais ocupadas.

Ao invés de controlar, o Estado até patrocinou essa ocupação, com as chamadas vias de fundo de vale. Sob a alegação de que são terrenos mais baratos e da necessidade de modernizar o sistema viário de São Paulo, a Prefeitura canalizou diversos córregos e construiu ao lado ou sobre eles grandes vias asfaltadas.

O resultado disso foi um aumento da quantidade e velocidade que as águas da chuva chegam aos córregos em função da vertiginosa urbanização dessas áreas por loteamentos e edifícios.

A lei de zoneamento de São Paulo, de 1972, é uma clara demonstração dessa política na medida em que ela preconiza a estruturação da cidade através de uma rede viária construída nas várzeas dos córregos, facilitando o escoamento do trânsito de automóveis individuais, sem impor quaisquer medidas para controle da impermeabilização do solo na urbanização que a iniciativa privada faz nessas várzeas.

O Programa Municipal de Drenagem, elaborado em 1978 pela Secretaria de Vias Públicas é outro instrumento de implantação dessa política. Esse Plano atrelou os investimentos da Prefeitura em drenagem à implantação de vias de fundo de vale.

Os quadros de investimentos em drenagem feitos pela Prefeitura, que fez empréstimos do BNH para tal, revelam a prioridade dada aos sistemas iniciais de drenagem, responsáveis pela maioria das enchentes na Capital.

Vê-se então que a Prefeitura não tem gasto os recursos públicos na conservação do que já existe e na limpeza e desassoreamento dos córregos, mas sim na construção de grandes obras, sejam elas canalização de córregos, grandes vias, viadutos, etc.

Evolução da mancha urbana x Evolução dos pontos críticos de enchente



Investimentos realizados em drenagem

	1980 %	1981 %	1982 %
Galerias de grande porte (SVP)	82,40	78,51	83,33
Desassoreamento de cursos d'água (SVP)	2,80	0,70	0,40
Construção de pequenas galerias (SAR)	3,20	2,54	2,54
Conservação e limpeza de córregos e galerias (SAR)	3,60	3,14	3,58
Amortização — Contratos FIDREN — Galerias de grande porte	8,00	15,11	10,15
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Investimentos previstos em obras de galerias e de pavimentação

Programa SANEGRAN

	Galerias	Desapropriação + Pavimentação
1.ª fase 79/80	29,98%	70,02%
2.ª fase 79/82	38,83%	61,17%

SVP — PROGRAMAS

	Galerias	Desapropriação + Pavimentação + Obras de Arte
POV 10	24,80%	75,20%
POV 11	14,19%	85,81%
Cura Jabaquara	5,18%	94,82%
DERMU	6,64%	93,36%

Fonte: Quadro analítico do Programa SANEGRAN — PMSF
Orçamento Plurianual de investimentos (78/79/80) — Secretaria de Vias Públicas — PMSF
Balancos 80/81/82

É preciso lembrar também que muitos afirmam que os problemas das enchentes só serão minimizados com a canalização de todos os córregos de São Paulo, (cerca de 1000 Km), o que demandaria investimentos incalculáveis, tornando impraticável a erradicação das enchentes.

A Prefeitura Municipal tem feito a canalização (associada às vias de fundo de vale) de em média 20 Km de córregos por ano. Portanto, a continuar essa visão, teríamos o fim das enchentes daqui a 50 anos. Isso, sem levar em consideração que se não forem tomadas medidas de caráter preventivo na ocupação de várzeas com usos adequados e um efetivo controle na impermeabilização do solo, com o

crescimento da cidade, novos pontos de enchente continuarão a surgir.

Mas sabemos que existem outros tipos de obras que acabariam com grande parte das enchentes, com gastos bem menores que as previstas pelo poder público. Canais a céu aberto, retificação e aprofundamento de canais sem revestimento, eliminação de pontos de estrangulamento, são exemplos de formas de atacar de frente as enchentes utilizando inclusive menos dinheiro e criando mais empregos.

Os órgãos públicos têm optado sempre pelo contrário: obras caras e tecnologia sofisticada.

Para entender porque isso acontece é preciso ver que não é a Prefeitura diretamente que executa essas obras através do funcionalismo público e com seus equipamentos. As empresas construtoras são contratadas para fazerem, em alguns casos, até os projetos dessas obras. E para o empresário o que interessa são as grandes construções e não simplesmente limpar um córrego.

As obras do Plano Municipal de Drenagem estão concluídas em sua maioria, e as enchentes têm aumentado ano a ano porque atrelou-se a implantação do sistema de macrodrenagem (Córregos) à construção de um sistema viário. Com esse procedimento as obras necessárias de microdrenagem ficaram relegadas a um plano inferior, prejudicando portanto o escoamento das águas superficiais. Transformou-se então o investimento na resolução das enchentes em bom negócio para as empreiteiras.

Além disso, a execução dessas obras públicas está relacionada com a apropriação do espaço urbano valorizado por melhoramentos pelos proprietários de terra.

Como o objetivo principal da ação do poder público não é solucionar os problemas, sejam grandes ou pequenos, as obras são na verdade exemplos de uma anti-engenharia, na qual a população não pode confiar.

Consequentemente, tem aparecido diversos pontos de enchentes que, poder-se-ia dizer, são causadas pelas obras:

Córrego do Ipiranga: canalizado, mas a confluência de um de seus afluentes, também canalizado, foi mal executada, causando inundações. O Pontilhão da Praça do Monumento, não foi refeito durante a canalização, estrangulando o córrego e causando enchente;

Córrego Itororó e Moranguinho, na Liberdade: canalizados, mas as canalizações que chegam a eles estão entupidas e subdimensionadas;

Córrego Mandaqui: canalizado, mas tem pontos de estrangulamento, e os sistemas de drenagem estão com problemas;

Córrego Apereiba: canalizado, mas os pontos de inundação persistem;

Córrego Tatuapé: confinado em vultosas galerias subterrâneas, que no trecho mais a jusante possui 2 cédulas de aproximadamente

4m x 4m, encontrando-se com alto grau de assoreamento, com camadas que atinge de um metro de altura, proveniente principalmente do córrego do Embira (afluente);

Córrego da Mooca (Av. Luiz Inácio de Anhaia Melo): a sua emboçadura no rio Tamanduateí se faz a 90°. A medida que as obras da galeria avançavam à montante, novos pontos de enchentes se verificaram, em trechos onde jamais houvera este tipo de problema. A situação chegou a ser tão crítica que a Secretaria de Vias Públicas necessitou construir, a toque de caixa, um pequeno trecho de galeria, paralela a galeria principal. Cumpre-se dizer que foi de fundamental importância a pressão popular, para que o problema fosse atenuado.

Córrego do Jaguaré (na altura da Av. Corifeu de Azevedo Marques): trecho já canalizado, com galerias subterrâneas, onde tem-se verificado enchentes.

Ribeirão dos Meninos: no trecho em galerias, ao longo da Av. Faria Lima, em São Bernardo do Campo, tem-se verificado enchentes anuais, tornando-se essa importante via intransitável e transformando o Paço Municipal num verdadeiro lago.

Córrego entre a Vila Alpina e Vila Califórnia: a sua galeria encontra-se constantemente assoreada notadamente na altura da rua Catuaba. Chegou ao ponto da sua seção ter sido totalmente preenchida, necessitando a Secretaria de Vias Públicas, de desmontar o teto da galeria, pra desassoreá-la e, quando da concretagem da nova laje de cobertura, esta deveria ficar numa cota mais alta, graças ao aumento da altura das paredes laterais, aumentando-se assim a seção. No entanto quando da concretagem, nada disso foi feito, voltando tudo ao seu estado original.

Córrego Aricanduva: canalizado em 1978, mas com a manutenção do estrangulamento na travessia da Estrada do Pêssego. Sua canalização trouxe como conseqüência a inundação da Penha baixa.

Além de diversos casos em que, após a canalização, o nível das águas do canal nas cheias é mais alto do que as das ruas, fazendo com que os sistemas de drenagem não funcionem.

Ocorre que inundando ou não suas várzeas, as águas dos córregos de São Paulo vão desaguar nos nossos grandes rios: Tietê, Pinheiros e Tamanduateí.

Acontece que esses inúmeros pontos de enchentes funcionam como se fossem peque-

nas represas que retêm as águas, fazendo-as demorar mais para chegar aos grandes rios. Pode-se dizer que o rio Tietê só não causa enchentes de maiores proporções porque existem cerca de 200 pequenas represas em São Paulo, que são os pontos de estrangulamento e obstrução dos sistemas de drenagem.

Nos rios Pinheiros e Tietê as inundações das marginais se dão sob os pontilhões, pois o leito das avenidas é rebaixado. Nas áreas urbanizadas próximas a esses rios as inundações não se dão por extravasamento, mas porque o nível das águas desses rios não possibilita o escoamento dos sistemas de drenagem.

O rio Tamanduateí apresenta grandes inundações, causadas pela cada vez maior impermeabilização de sua bacia, onde está o centro de São Paulo. Quando desemboca no rio Tietê, o Tamanduateí apresenta problema porque a velocidade das águas do rio Tietê é muito baixa.

Dáí podemos concluir que a grande maioria das enchentes está diretamente relacionada à falta de ampliação, manutenção e limpeza dos sistemas de microdrenagem e a existência de pontos de obstrução, tais como travessias, pontilhões e construções que estrangulam os corpos d'água.

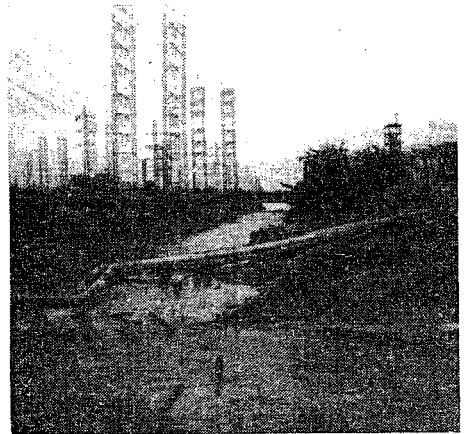
É essa também a conclusão do relatório sobre enchentes da Secretaria Municipal de Planejamento (3):

"Os fatos têm demonstrado que o caminho seguido na solução às enchentes pelo executivo e técnicos famosos foi a busca do correto equacionamento hidráulico dos grandes cursos, cujas enchentes são "tradição".

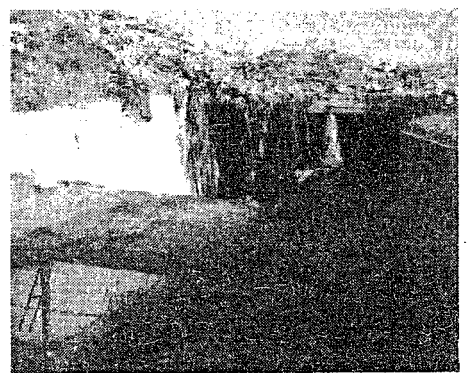
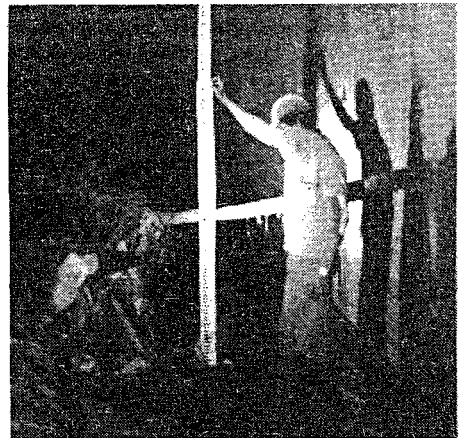
Através da análise das bacias do município de São Paulo, chegou-se à conclusão que a solução está na execução metódica e contínua de obras do sistema inicial (microdrenagem) e no reforço da atividade de manutenção de obras de infra-estrutura já realizadas."



Córrego da Vila Alpina e Vila Califórnia

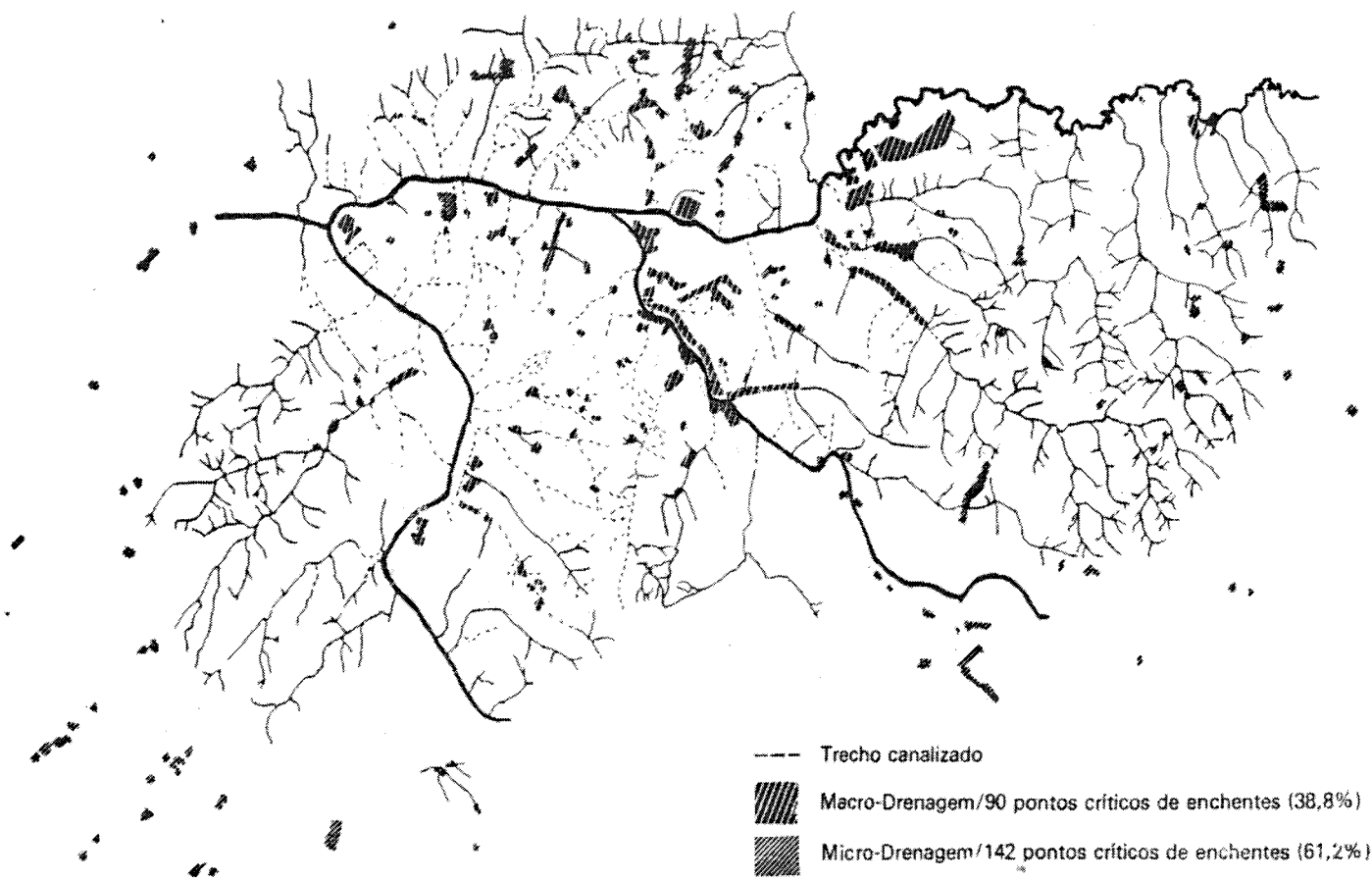


Ribeirão dos Meninos — canalização de concessionária de serviços públicos.



Situação do Córrego Capão do Embira, pouco antes de sua embocadura no Córrego Tatuapé.

Pontos críticos de enchentes no MSP



O mapa (em anexo) retirado desse relatório só reforça essa afirmação.

Então por que tantas discussões sobre a questão dos rios Tietê e Pinheiros, da barragem Edgar de Souza, quando os meios técnicos são chamados a se colocarem sobre as enchentes que afligem São Paulo?

Por que todas as obras que foram feitas nos nossos rios tiveram o objetivo de aumentar a quantidade de água que chega a São Paulo, facilitando a produção de energia elétrica para a Light, em Cubatão. A Light dirigiu a seu favor toda a política de utilização dos recursos hídricos em São Paulo transformando nossos rios em lagos cheios de esgotos.

Pode-se dizer então que o poder público teve e ainda tem, mantendo a ELETROPAULO, uma linha em relação aos nossos recursos hídricos: utilizar a bacia hidrográfica de São Paulo para a produção de energia elétrica.

Como isso aconteceu?

Os rios Tietê e Pinheiros

O rio Tietê nasce a leste de São Paulo, na altura de Salesópolis e corre em direção oeste, onde deságua no Paraná. Dentro da cidade de São Paulo tem dois importantes afluentes: o Tamanduateí, que vem do ABC, e o rio Pinheiros. Quando das obras para a produção de energia elétrica em Cubatão (usina Henry Borden), uma importante modificação foi feita no curso do rio.

Ao chegar na barragem Edgar de Souza (construída pela Light em 1901), o rio Tietê retorna e entra pelo rio Pinheiros, que teve o seu curso natural invertido, e suas águas vão para a represa Billings, de onde descem serra abaixo para produzir energia, esta considerada a mais barata do Brasil, que rende milhões de cruzeiros para os seus proprietários, e que ajuda a manter os grupos de pressão da antiga Light (hoje ELETROPAULO), bem como seus negócios e interesses.

As cabeceiras do rio Tietê estão num local com grande pluviosidade — a Serra do Mar.

Já em 1924 foi proposta a construção de um conjunto de 5 barragens que retardasse a chegada das águas à cidade nos períodos de chuva, além de contribuir para o abastecimento de água: Ponte Nova e Paraitinga em Salesópolis e Biritiba, Jundiá e Taiacupeba em Mogi das Cruzes.

Quando obteve a concessão para a reversão das águas do Tietê para a Billings, a Light se comprometeu a construí-las, sem que nada fosse concretizado.

Por volta de 1964, quando houve uma grande seca, o Estado fez um acordo com a Light para retirar mais 3 ou 4 m³ de água das represas Billings e Guarapiranga para abastecer São Paulo. Nesse acordo Secretaria de Obras-Light, a companhia impôs a condição de o Estado assumir a responsabilidade por essas barragens de cabeceira. (4).

Dessas barragens, até hoje apenas a da Ponte Nova foi construída.

No caso de Taiacupeba, a maior das represas do alto Tietê, a barragem está pronta desde 1977, mas até agora não se encheu a represa. A existência de uma indústria de papel dentro da área inundável, até agora não desapropriada, fez com que, atendidos os interesses das empreiteiras construindo-se a barragem, fossem esquecidos os objetivos sociais da represa: controle de enchentes e abastecimentos de água (5).

As outras represas continuam com seus projetos engavetados.

A única explicação plausível para isso é que o represamento dos afluentes do Tietê diminuiria o fluxo de água que chega a São Paulo, diminuindo também a capacidade de geração de energia com essa água em Cubatão.

Como isso seria contrário aos interesses da Light, o Estado não se atreveu a fazer as represas. E hoje, que a Light passou para o governo estadual e existem condições de a CESP atender ao mercado de energia elétrica, por que a situação não muda?

Descendo suas cabeceiras, o Tietê tem longo trecho não retificado, até o rio Cabuçu, na divisa entre São Paulo e Guarulhos. O rio, quando inunda, alaga suas várzeas, em grande parte ocupadas pela produção hortifrutigranjeira, agora em conflito com marchas de urbanização, tendo causado enchentes em Mogi das Cruzes.

Chegando a São Paulo o rio Tietê começa a sofrer as consequências de uma urbanização sem saneamento: 43% da população é atendida por rede de esgotos (6), grande número de indústrias joga diretamente nos rios seus detritos, sem falar dos córregos que lá deságuam, carregando a terra dos loteamentos

Programa de combate às inundações na GSP

Distribuição dos investimentos

	1979		1980		1981		1982		TOTAL	
	Valor*	%	Valor*	%	Valor*	%	Valor*	%	Valor*	%
Rio Tietê										
Calha	1838,31	15	40706,16	70	13400,72	64	11518,85	50	67464,04	59
Desassoreamento	4888,07	39	7855,35	14	461,48	2	5869,17	26	19074,07	17
Outros	5722,07	46	9378,59	16	7195,47	34	5541,70	24	27867,83	24
TOTAL	12478,45	100	57940,10	100	21057,67	100	22929,72	100	114405,94	100
Rio Tamanduateí										
Trecho Tampão (estacas 237 a 340)	—	—	—	—	5571,63	29	10004,09	65	15576,72	22
Restante	18392,29	100	18285,30	100	13483,33	71	5395,56	35	55556,48	78
TOTAL	18392,29	100	18285,30	100	19054,96	100	15399,65	100	71132,20	100

Canalização e Via Expressa — Rio Tamanduateí

Origem dos recursos

	1978		1979		1980		1981		1982		TOTAL	
	Valor*	%	Valor*	%	Valor*	%	Valor*	%	Valor*	%	Valor*	%
BNH	—	—	1000,04	5	6379,01	35	10716,73	50	2959,16	22	21054,95	26
DAEE	8719,55	100	17392,25	95	11906,28	65	8338,23	39	6765,42	50	53121,73	66
PMSP	—	—	—	—	—	—	2305,50	11	3850,47	28	6155,97	8
TOTAL	8719,55	100	18392,29	100	18285,30	100	21360,46	100	3575,05	100	80332,65	100

(*) Em Cr\$ milhões — Valores de julho de 1983, inflacionados segundo o Índice Geral de Preços
Fonte: DAEE

erodidos da periferia e o lixo das áreas que não têm coleta feita pela Prefeitura Municipal.

Como o rio Tietê é represado pela barragem de Edgar de Souza, detendo suas águas e fazendo-as retornar para a cidade, todo esse material acaba sendo depositado no fundo do rio.

A falta de saneamento e o represamento são portanto os maiores responsáveis pelo famoso "assoreamento do rio Tietê".

O poder público vem tratando de forma vergonhosa a questão dos esgotos de São Paulo.

Em 1968, o PUB afirmava que apenas 37% da população tinha coleta de esgotos (7). Hoje o atual diretor da SABESP afirma que 43% da população tem esgotos, de onde se pode deduzir que o aumento da rede foi irrisório se compararmos ao dinheiro investido no SANEGRA — 315 bilhões de cruzeiros.

Esse projeto foi iniciado no governo Paulo Egídio Martins em detrimento do projeto "Solução Integrada" que havia sido aprovada na administração anterior — Laudo Natel.

Mais uma vez os interesses dos grandes proprietários e empreiteiros foram mais fortes: a Solução Integrada, que trata os esgotos fora de São Paulo, foi abandonada, optando-se por importação de tecnologia e pela execução de grandes obras, as estações de tratamento de Barueri, ABC e Suzano.

Não foram implantadas as redes de coleta de interceptação que tirariam os esgotos das ruas e dos rios de São Paulo, mas, durante quase 10 anos, as empreiteiras tiveram bastante trabalho.

Quanto ao represamento, a própria Light afirmou que "em consequência dessa

obra, o remanso das águas se estenderá por todo o trecho do rio Tietê fronteiro à cidade de São Paulo, para além da barra do rio Pinheiros, alcançando quase o nível de Guarulhos". (8)

Então além do assoreamento, a barragem de Edgar de Souza causou um aumento do nível das águas, dificultando ainda mais a saída da água de São Paulo.

E é por isso que o DAEE há anos gasta somas vultosas dos fundos tributários arrecadados de toda população no desassoreamento do rio Tietê, sendo que esse assoreamento é causado pela barragem Edgar de Souza, portanto responsabilidade da Light (9). O Estado, ao invés de punir e cobrar esses gastos dessa empresa canadense, comprou-a. Não podemos esquecer que nos balanços do DAEE, os gastos em desassoreamento aparecem nas contas de "Controle das Enchentes".

Estando sempre de acordo com as propostas da Light para a gerência de nossos recursos hídricos, tem sido bastante difícil à administração pública controlar a operação das comportas da barragem, que muitas vezes foram mantidas fechadas durante todo o período das chuvas, para que se pudesse gerar mais energia. Pelo menos uma vez a Light foi "pega em flagrante". A Light, em 1980, foi condenada pela Justiça a indenizar danos causados a uma indústria, na enchente de 1972, sendo responsabilizada pelo transbordamento do Rio Pinheiros por haver mantido as comportas fechadas (10).

O Rio Pinheiros teve seu curso invertido pelas obras da Light, e passou a receber as águas do Rio Tietê através da elevação de seu nível.

As enchentes localizadas no Brooklin são causadas por essa elevação de nível. Nas épocas de chuva quando o rio chega a seu nível máximo, o dreno do Brooklin (galeria subterrânea bastante assoreada), ao invés de despejar as águas no Rio Pinheiros, passa a recebê-las, inundando a região.

É o que ocorre também entre as Ruas Verbo Divino e Visconde de Taunav. em Santo Amaro.

Mas além disso a reversão do Pinheiros ocasiona a contínua poluição da represa Billings, responsável pelo abastecimento de água de parte do ABC.

Mesmo assim, as autoridades continuam achando um bom negócio para São Paulo continuar gerando 3,4% da energia consumida pela cidade em Cubatão e "economizar o dinheiro do povo" não comprando essa energia da CESP (do próprio Estado de São Paulo) ou da Eletrobrás. O que não entra nesse cálculo é o custo, que os paulistas pagam por todos os problemas que o sistema Light causa à cidade. Conclui-se que os rios que passam por São Paulo não são de propriedade da cidade mas sim da ELETROPAULO.

O rio Tamanduateí

A abordagem da questão das enchentes ao longo do Rio Tamanduateí e seus afluentes, notadamente o Ribeirão dos Meninos, exige um capítulo a parte da análise que se faça em relação aos outros grandes rios que cortam a cidade de São Paulo. Este posicionamento justifica-se por dois motivos que consideramos fundamentais. O primeiro, porque

as enchentes ao longo do Tietê e Pinheiros causam transtornos principalmente ao sistema viário, ao contrário do Rio Tamanduatéi, cujas conseqüências do seu transbordamento atingem regiões densamente povoadas.

O segundo, porque o montante de recursos aplicados no Rio Tamanduatéi são proporcionais aos resultados das obras de controle de suas cheias.

Este rio nasce no ABC, atravessando os municípios de Mauá, Santo André, São Caetano e São Paulo. A ocupação do seu vale se fez de uma forma intensa, através da implantação de um parque industrial importantíssimo e altamente sofisticado, justificando-se assim a proliferação de centenas de vilas e bairros operários. Esta ocupação praticamente fez desaparecer as suas várzeas, dando lugar à Avenida do Estado, importantíssimo corredor de escoamento da produção industrial. Podemos ressaltar que as poucas áreas remanescentes encontram-se em suas cabeceiras, no município de Mauá, que vem passando por uma rápida ocupação, acompanhada por um plano de pavimentação intenso, o que virá agravar ainda mais o problema das enchentes, se este não for encarado de uma forma normal global.

O verdadeiro martírio a que estão submetidas estas populações resume-se em: grandes inundações, poluição acentuada das águas, do solo e sonora, grandes problemas de locomoção, resultado do tráfego pesado e vultuosos prejuízos materiais, à saúde e até casos fatais.

Na várzea do Tamanduatéi a paisagem se alterou pelos paliativos que cada um encontrou contra a gravidade das cheias: todas as partes das fábricas têm comportas móveis ou escadas, nas vilas operárias todos os moradores construíram pequenas barragens na entrada e algumas ruas que estavam abaixo do nível máximo do rio foram aterradas.

Aí reside a grande contradição: a uma região que gera tanta riqueza, os poderes constituídos retribuem com o descaso e o abandono.

As prefeituras, pressionadas pela população, tentam, com os poucos recursos existentes, minimizar o problema das enchentes, partindo em busca de soluções localizadas, fora portanto de um plano global, resultando assim na transferência de um volume maior de água de um ponto para outro. Como exemplo típico, podemos citar a construção de 3 estações de recalque existentes em São Bernardo do Campo que, solucionando o problema em certo trecho do Rio dos Meninos, injetou mais água para São Caetano, sem que neste ponto a calha estivesse preparada para tanto.

A esperança da modificação desse quadro começou a nascer com a divulgação por parte do DAEE de um Plano de Combate às Enchentes na Grande São Paulo, que completaria o Vale do Tamanduatéi, prevendo o projeto de uma nova foz, com uma capacidade de descarga de 485m³/s e 72m de largura, formando uma curva suave de absorção do Tamanduatéi pelo Tietê, além do aprofundamento e alargamento da calha para 28m.

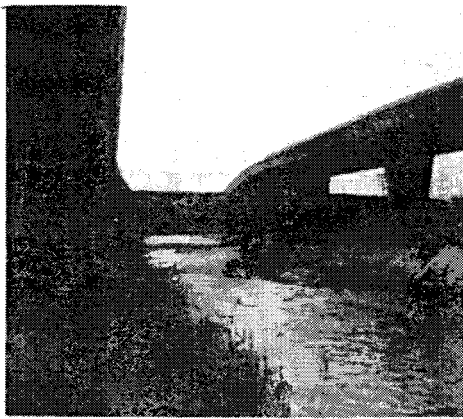
Esse projeto alentou não só as prefeituras do ABC como também a população, na esperança de que estas obras chegassem mais rápido possível até os municípios do ABC.

Em 8 de maio de 1974, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou detalhes deste projeto que previa uma via expressa por sobre o rio (tampão), numa extensão de 12 km até a divisa de São Caetano do Sul, a um custo (da época) de 360 milhões de cruzeiros, que "subiriam para 720 milhões se a via expressa for construída simultaneamente".

Em 5 de novembro de 1977, a "Folha de S. Paulo" publicou notícia onde o então Secretário de Obras e Meio Ambiente do Governo Paulo Egídio Martins, rebatendo as críticas de entidades que congregam empreiteiras, afirmou: "Ora, vejamos só, eles (os empreiteiros) querem até uma avenida sobre o Rio Tamanduatéi". Francisco de Barros acrescentava ainda que o custo da obra seria de "1 bilhão e 37 milhões, sem incluir a avenida sobre o Tamanduatéi, que é assunto da Prefeitura."

Em 1978 foram iniciadas as obras do Tamanduatéi pela CONSTRAN.

Em 24 de junho de 1980, a "Folha de São Paulo" publicou matéria na qual o prefeito de São Caetano do Sul criticava a "anunciada construção de uma via sobre o Rio Tamanduatéi e que as obras de canalização, segundo o plano do ex-governador Paulo Egídio Martins já estariam aceleradas e já deve-



Pontilhão da RFFSA sobre o rio Tamanduateí, na altura da Avenida Pres. Wilson.

riam ter atingido São Caetano do Sul até a divisa com Santo André”.

Em 7 de dezembro de 1980, a “Folha de S. Paulo” publicou matéria na qual o Secretário de Obras e Meio Ambiente, Valter Coronado Antunes afirma que as obras de canalização do Tamanduateí “deverão chegar em São Caetano em 1982.”

Em 28 de abril de 1983, a “Folha de S. Paulo”, publicou matéria com o título “Suspensão tampão sobre o Rio Tamanduateí”, quando o Secretário de Obras e do Meio Ambiente, João Osvaldo Leiva, anunciou “a suspensão da colocação do tampão sobre o rio, no trecho de 3.200 metros, entre a Praça Nove de Julho e a Avenida Juntas Provisórias, no Ipiranga. No primeiro trecho, de 2.060 metros, da Rua da Mooca à Praça Nove de Julho, o tampão está praticamente concluído e sobre ele será implantada uma via expressa, com 28 metros de largura. E mais, “o alto custo da obra, cerca de Cr\$ 20 bilhões por quilômetro, é a causa da suspensão” ... “a canalização não será interrompida”, “sem o tampão, a canalização tem seu custo reduzido pela metade” ... “onde já existe o tampão foram colocadas 580 vigas, ao custo de Cr\$ 1,7 bilhão” ... “com o preço de três vigas é possível construir um centro de saúde”.

Por esse breve histórico pode-se notar a verdadeira Torre de Babel em que o assunto



Ponte da Av. Presidente Wilson sobre o rio Tamanduateí.

se transformou especialmente em relação ao prazo de execução das obras, quadro esse que se agrava quando nos defrontamos com as tabelas abaixo, que mostram como tem sido aplicado os recursos destinados ao fim das enchentes na bacia do Rio Tamanduateí:

Constata-se nessas informações o descaso que os governantes tem para com a população atingida pelas enchentes. A solução para o Tamanduateí estava projetada desde 1974. As obras foram iniciadas em 1978. A sua conclusão sofre diversas mudanças de prazo e o resultado é que hoje, de 12,3 Km projetados, temos apenas 3,2 Km canalizados.

Além disso não se tem previsão de quando as obras chegarão ao ABC, notadamente à embocadura do rio dos Meninos, e não se poderá resolver os problemas de inundações ao longo deste rio, sem que antes as obras do Tamanduateí cheguem a esta embocadura, sob pena de transferir violentamente as enchentes, porque as galerias que obstruem o rio dos Meninos na sua foz, são considerados um notável ponto de estrangulamento.

Fica ainda explícito o jogo de interesses das empreiteiras no desejo de tornar viável a construção do tampão, apra sustentação da avenida, em detrimento ao interesse maior, ou seja, a urgente canalização do rio Tamanduateí até o ABC.

Nas obras do rio, novamente priorizou-se os sistema viário em detrimento ao combate das enchentes, usadas como pretexto para a construção do tampão que até 1982 foi responsável por 22% dos gastos nas obras: Aqui, nota-se a incrível contradição: para a realização das obras, fechou-se a Avenida do Estado e, com isso, descobriu-se novas opções viárias, como por exemplo a Avenida Presidente Wilson e rua dos Lavapés. Isso mostra por si só que a construção do tampão não seria obras prioritária.

Do ponto de vista de tráfego, seria possível encompridar o viaduto Pacheco Chaves, na Vila Prudente, eliminando-se a ponte da rua dos Patriotas, além de se melhorar as pistas de rolamento da Av. do Estado. Estas medidas além de contribuir para o escoamento do tráfego, ainda eliminariam a ponte, que é um outro ponto de estrangulamento de vazão.

O dinheiro gasto no tampão foi retirado do Programa de Controle às Inundações na GSP, pois quem está pagando a maior parte das obras ao longo do rio é o DAEE (66%), responsável pelo seu bom escoamento, enquanto que a Prefeitura, que deveria pagar a obra, essencialmente viária, arcou até 1982 com 8% dos gastos.

E agora o DAEE alega que há falta de verbas e que o alargamento este ano deverá chegar, no máximo, até à Av. Juntas Provisórias. Mas, a partir daí para montante, os obstáculos a serem vencidos que estrangulam o rio são críticos: dutos da Petrobrás; trilhos da RFFSA, além de pilares de viadutos.

E enquanto todo esse dinheiro é gasto no novo canal do Tamanduateí, nas suas cabeceiras, em Mauá, continua a ocupação indiscriminada das várzeas, o que acarretará um aumento da vazão do rio. Em alguns anos essa situação poderá criar novos pontos de inundação do porte das verificadas na Av. Presidente Wilson e adjacências.

Conclui-se que não há um plano global de combate às inundações, mas sim a realização de obras que se tornarão em pouco tempo inútuas, já que vêm sendo executadas sem que ao mesmo tempo sejam tomadas medidas preventivas de controle à ocupação das várzeas e manutenção dos sistemas de drenagem.

Conseqüências das inundações para a população de São Paulo

As autoridades consideram impossível calcular os prejuízos causados pela inundação de pontos das marginais dos rios Tietê e Pinheiros no dia 1.º de fevereiro de 1983, que fez parar grande parte de São Paulo.

Realmente como se pode calcular o custo econômico e social de um congestionamento que tomou todo o centro de São Paulo, que em alguns pontos chegou a durar 3 horas? Ou calcular os danos nos carros, caminhões e ônibus que ficaram sob quase um metro d'água além das indústrias localizadas ao longo dos rios que tiveram seus depósitos e instalações inundadas?

É o que tem ocorrido há anos, e em maior escala, ao longo do rio Tamanduateí, onde se localizam inúmeras indústrias e bairros operários.

Mais difícil é calcular quanto custou a Dna. Fernanda, moradora do bairro da Penha, perto do rio Cabuçu (há doze anos com ocorrência de enchentes) que ficou desabrigada, perdeu todos os seus bens e teve o marido morto pois contraiu leptospirose.

Imagine a situação dessas pessoas que todo ano perdem seus pertences levados ou danificados pelas águas sem que haja qualquer apoio financeiro à sua reposição.

As fotografias das conseqüências das enchentes em diversos pontos da cidade falam muito mais que as palavras.

Vendo-se as fotos pode-se imaginar que houve uma seleção proposital, mostrando apenas as localidades inundadas onde moram os menos favorecidos. Mas o que ocorre é que, apesar das enchentes ocorrerem também em bairros mais favorecidos, realmente são os mais pobres obrigados a morar nas áreas mais baixas e mais carentes de infra-estrutura.

As áreas que sofrem inundação são ocupadas, em sua maioria por favelas, onde moram trabalhadores expulsos de suas casas pelos preços dos aluguéis e das prestações do BNH

ou por loteamentos de baixa renda implantados sob as vistas do estado, que deixou inúmeros especuladores burlar suas leis. Com a abertura de uma avenida, de uma obra viária ou até mesmo de um loteamento, com uma chuva mais forte ou contínua, esses bairros se transformam em lagos, causando toda série de prejuízos à população.

Esses cidadãos sofrem as conseqüências da postura do estado no sistema capitalista, facilitando a ocupação desenfreada do solo sem obrigar os proprietários de terra e os construtores a atar com as conseqüências dessa ocupação.

Os loteamentos abertos por toda periferia de São Paulo, comumente irregularidades

ou clandestinos, são implantados ou em áreas muito íngremes, ou em várzes, formando verdadeiras feridas no solo. Os loteamentos íngremes causam os desmoronamento de casas, deslizamento de morros, soterramento de pessoas, erosão que vai entupir as canalizações e os córregos. E as áreas baixas, as várzeas continuamente inundam.

Além de lotear os terrenos menos indicados por serem mais baratos, o loteador, na sua ânsia de aumentar seus lucros, não executa as mínimas obras de infra-estrutura: coleta das águas pluviais, guias de sarjetas, etc.

Quando um assalariado compra o seu lote num loteamento com ruas e lotes de grande declividade o faz por ser a única terra aces-

Atendimento de emergência por Região Administrativa, em 17 de junho de 1983

Fabs Regionais	Pontos de Emergência	Atendimento em Emergência		Atendimento em Abrigos		
		Famílias	Pessoas	Nº de abrigos	Famílias	Pessoas
BT	vários	345	1725	02	140	650
CL	vários	543	2715	01	45	156
FO	16	114	570	02	25	120
IG	05	25	75	—	—	—
IP	03	66	330	01	07	30
LA	01	33	150	—	—	—
ME	06	379	1413	01	63	282
MG	vários	13	65	—	—	—
MO	02	210	1050	—	—	—
PE	03	56	288	—	—	—
PI	04	32	153	—	—	—
PP	vários	77	585	01	01	07
SA	24	499	2495	01	03	15
SÉ	—	—	—	—	—	—
ST	vários	70	350	02	13	76
VM	13	58	325	—	—	—
VP	05	38	139	—	—	—
TOTAIS	82 e outros não arrolados	2558	12428	11	297	1336

Fonte: Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social — PMSF

sível ao seu baixo salário. Para economizar, ele mesmo, com parentes e amigos, constrói sua casa sem orientação técnica.

Com as chuvas, diversos pontos do loteamento totalmente desmatados e com taludes de grande declividade começam a deslizar. Muitas vezes as próprias construções dos moradores não suportam pressão das águas e começam a trincar e mesmo cair.

Os loteamentos de baixadas, com o aumento da impermeabilização do solo à sua volta, passam a sofrer inundações a cada chuva porque há um aumento da quantidade e da velocidade que as águas chegam aos córregos, que passam a inundar suas várzeas, agora loteadas. Em muitos casos, o lençol d'água subterrâneo, com um aumento da quantidade de água, passa a fazer pressão sob a terra ocupada. É por isso que as habitações de baixadas são tão úmidas, chegando até a minar água.

Deve-se notar que os dados acima referem-se a "82 pontos de enchente e outros arrolados", mas a Comissão Municipal de Defesa Civil fala de 246 pontos inundáveis (11). Deduzimos então que o atendimento de emergência realizado pelos órgãos públicos fica bastante aquém das necessidades criadas pela ocorrência real das enchentes.

Além da insuficiência crônica de colchões, cobertores e alimentação para as pessoas abrigadas em prédios públicos é calamitosa a situação dos abrigos de emergência, barracos de madeira cobertos por plástico.

É preciso lembrar que tem sido muito longa a permanência das pessoas nesses abrigos. Assim, muitas escolas têm suas atividades paralisadas, porque suas classes estão lotadas de desabrigados e no caso dos abrigos de emergência, depois de alguns dias, criam-se situações sanitárias mais precárias do que as próprias favelas onde moram os desabrigados.

Muitas vezes o poder público tentou culpar as próprias vítimas pelas enchentes: por que você foi comprar um lote da várzea do córrego, por que você foi morar na favela, por que jogam lixo nas ruas e nos córregos, por que a casa foi malconstruída?

Ora, é patente que quem não tem dinheiro não pode escolher onde morar, que se o lixo é jogado nas ruas e córregos é porque não há coletas. Se foi possível comprar um lote inundável é de se perguntar como foi possível pôr a venda esse lote, sob as vistas do poder público?

Outra consequência das enchentes são os gastos que os moradores têm que fazer para repor suas casas em ordem: reformas, revisão da instalação elétrica, reposição dos móveis e aparelhos eletrodomésticos, roupas etc. Quantas pessoas estão pagando até agora o carnê da geladeira que foi levada pelas águas no ano passado?

Quando há ocorrência de enchentes, é comum, depois que as águas baixam, a gente ver um verdadeiro mutirão de moradores tirando o barro das casas e das ruas, desentupindo bueiros, tentando salvar alguns móveis, lavando as casas. Esse trabalho de limpeza e recuperação demora dias, muitos não podem ir trabalhar pois ter a casa livre de toda aquela sujeira é essencial.

Muitas vezes nem é preciso ocorrer a invasão das casas por transbordamento. Com o aumento do nível dos córregos, os sistemas de esgoto passam a funcionar na direção oposta, vertendo dentro das casas. Isso ocorre também com as moradias que têm fossa séptica, quando o lençol d'água subterrâneo pressiona para cima os esgotos depositados nas fossas, fazendo a sujeira toda voltar para dentro das casas.

Além da perda de bens a cada inundação, os moradores perdem a própria casa, seja quando é tão grande que realmente derruba paredes, ou quando, após algumas enchentes, as construções começam a trincar ou ceder.

Segundo a Secretaria do Bem-Estar Social, 1336 pessoas ficaram desabrigadas em consequência das inundações de junho de 1983. Isso sem contar os desabrigados que não esperaram ajuda da Prefeitura e procuraram parentes e amigos. Doze mil quatrocentos e vinte e oito pessoas foram atingidas por essas enchentes, mas não precisaram abandonar suas casas. Sem falar nas dezenas de mortos por desabamentos, deslizamentos e pelas exurradas, somente neste ano.

Depois de um mês, os moradores recebem da SABESP uma conta de água altíssima. E a SABESP não quer saber se a água foi gasta para limpar as sequelas da enchente ou não; se houve maior consumo de água, tem que pagar. Além disso, a Prefeitura cobra

sempre taxas de conservação e limpeza, imposto predial e territorial, sem se importar em estar cobrando exatamente de pessoas que já pagam bem caro pela sua ineficiência.

Mas, além das perdas materiais e mortes causadas diretamente pela violência das enchentes, é preciso ver as conseqüências à saúde da população atingida.

A incidência de doenças infecciosas prevalece quando o agente transmissor portador da doença se utiliza de um meio, água por exemplo, como intermediário para atingir o homem.

Além disso, para que o agente transmissor se desenvolva são necessárias certas condições ambientais adequadas para o seu desenvolvimento.

No caso das enchentes, as águas contaminadas tanto pelos rios que funcionam como verdadeiros "esgotos a céu aberto" como pelos esgotos que correm nas sarjetas (apenas 43% da população paulistana é servida de rede coletora de esgoto) acabam se constituindo no meio adequado para transmissão de inúmeras doenças infecciosas. Somam-se a isso as péssimas condições de higiene habitacional a que está sujeita boa parte da população assalariada de São Paulo e, ainda, a questão do lixo urbano cuja coleta e disposição é em geral executada de forma inteiramente inadequada.

Esse quadro se agrava ainda mais pela proliferação de um dos maiores inimigos do homem — o rato. Em 1979, o então Secretário de Higiene e Saúde, Fernando Proença Gouvea, declarou que existiam em São Paulo de 5 a 6 ratos por habitante (12), o que nos dá um total de 40 a 48 milhões de ratos convivendo conosco. Em 1982, as estimativas chegaram a 20 ratos por habitante.

Na associação desses componentes aglutinados pelas enchentes, criam-se as condições favoráveis ao desenvolvimento de diversas doenças infecciosas, principalmente a leptospirose, cuja crescente ocorrência nos últimos anos passou a caracterizá-la como "doença de enchentes".

Após as enchentes, estabelecem-se nas habitações intensas condições de umidade que favorecem o desenvolvimento de doenças como gastroenterocolites (diarréias), hepatites, infecção de pele, infecção urinária e doenças do aparelho respiratório, tais como pneumonia, bronquite, asma, gripes, resfriados, além do aborto provocado pelo "stress" ou através do contato com águas contaminadas. Acrescente-se a essa lista a febre tifóide, doença clássica de origem hídrica, pois a elevação do nível do lençol subterrâneo faz com que as fossas e poços entrem em contaminação, quando esta não ocorre pelo próprio transbordamento dos rios de esgoto.

A leptospirose é uma doença infecciosa que o homem adquire por contato direto ou indireto com a urina de animais infectados, principalmente ratos e camundongos.

Em geral a doença é transmitida pelo contato indireto através da água, solo úmido ou vegetação cotaminada.

Apesar de as enchentes não serem a única situação em que a doença prevalece, é em épocas de inundações que se verifica o maior número de casos, pois, para não morrerem afogados, os ratos vêm para as partes mais al-



Ribeirão dos Meninos — lixo

tas, circulando pela lama que invade as casas e se aloja nelas. Ao urinar, o rato deixa na lama ou nas próprias moradias, a bactéria "leptospira".

Existe um estudo que relata um aumento da incidência de aborto em épocas de enchente, talvez devido o "stress" de ver a casa invadida pelas águas, perdendo suas mobílias adquiridas com sacrifício, como também se a gestante entrar em contato com as águas contaminadas e adquirir infecção inaparente. É comum a ocorrência de infecção inaparente causada pela leptospirose, ou seja, muitas pessoas pode ter a infecção dentro do corpo, e só algumas evoluírem para a doença, que tem um período de incubação de 7 a 14 dias.

No caso da leptospirose, a mortalidade do paciente depende da virulência da bactéria, do estado geral do organismo do paciente e também da idade. Em uma série representativa, a mortalidade se elevou de 10% em pessoas com menos de 50 anos a 56% naquelas maiores de 51 anos. Existe um tipo de leptospirose que não deixa a pessoa amarela e neste caso o prognóstico é melhor. Portanto numa comunidade que sofre problemas de inundações muitas pessoas pegam a bactéria e têm somente uma infecção que se parece com a gripe e aí não chega a atingir os rins, fígado

etc. Portanto, isso talvez possa ser a causa de maior incidência de abortos, e isso vem-nos mostrar que grande número de pessoas se contaminam. Pelo fato de a pessoa pensar estar somente "gripada", não procura o médico e, mesmo quando procura, são poucos os exames de laboratório que detectariam a doença, ficando mais difícil o diagnóstico.

O gráfico abaixo demonstra com clareza o aumento da incidência de leptospirose nos meses em que os índices pluviométricos são mais elevados.

Com as enchentes a infecção é facilitada, pois as pessoas se expõem a esse meio desprotegidas, na tentativa de salvar seus pertences ou ainda durante o trabalho de remoção da lama e detritos deixados pelas inundações.

Mas essa relação se torna gritante se nos defrontarmos com os dados oficiais sobre a causa do contágio:

Seria de se esperar que esse quadro provocasse do poder público medidas concretas para o controle dessa doença. Os passos necessários seriam um programa de desratização, visando impedir a instalação e a multiplicação dos ratos, através de eliminação de seus criadouros, eliminação dos lixões e disposição do lixo em locais adequados, limpeza periódica dos terrenos baldios, das margens dos córregos, além das medidas necessárias à erradicação das enchentes.

Mas o que se vê é a manutenção da situação. Um exemplo escandaloso é a manutenção do lixão próximo à confluência do Ribeirão dos Meninos com o rio Tamanduaté onde as enchentes já fazem parte do cotidiano da cidade. Nesse lixão foi constatado até o despejo de lixo hospitalar, de alto grau de contaminação.

Isso é o resultado do divórcio entre a ação do poder público e as necessidades da população: o quadro abaixo mostra um agravamento da ocorrência da leptospirose.

Casos de leptospirose, de fevereiro a março de 1982, Região Metropolitana SP

Causa do contágio	Casos	%
Enchentes	45	54
Outras causas	23	28
Ignorada	15	18
TOTAL	83	100

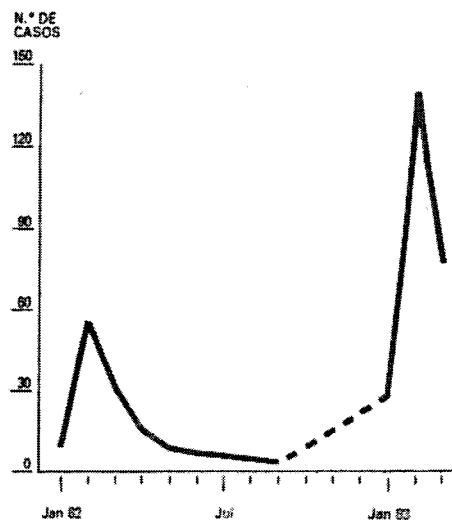
Fonte: Sistema de Vigilância Epidemiológica — Centro de Controle de Zoonoses da PMSP — Serviço de Epidemiologia do Hospital Emílio Ribas

Ocorrência da leptospirose, por causa do contágio, por Administração Regional

Administração Regional	Enchentes		Outras Causas		Total	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%
BT	03	60	02	40	05	100
CL	06	60	04	40	10	100
FO	13	93	01	07	14	100
IG	15	75	05	25	20	100
IP	04	67	02	43	06	100
LA	03	75	01	25	04	100
ME	28	90	03	10	31	100
MG	24	96	01	04	25	100
MO	21	91	02	09	23	100
PE	32	86	05	14	37	100
PI	—	—	—	—	—	100
PP	02	40	03	60	05	100
SA	11	69	05	31	16	100
SE	01	25	03	75	04	100
ST	03	33	06	77	09	100
VP	04	44	05	66	09	100
VM	07	58	05	42	12	100
Ignorados	02	15	11	85	13	100
TOTAL	179	74	64	26	243	100

Fonte: Divisão Técnica de Controle de Zoonoses — Secretaria de Estado de Saúde

Casos de leptospirose na Região Metropolitana de São Paulo, 1982-1983



Fonte: Sistema de Vigilância Epidemiológica

Responsabilidades

A quem se vai reclamar da situação calamitosa que acabamos de descrever?

Os quadros mostram todas as entidades governamentais que, direta ou indiretamente, podem dar algum palpite sobre a administração dos nossos recursos hídricos. (em anexo).

Os grandes rios de São Paulo: Tietê, Tamanduaí e Pinheiros são estaduais. A Eletropaulo (ex-Light) administra a represa Billings, o rio Pinheiros e a barragem Edgard de Souza, no rio Tietê. Mas o rio Tietê é administrado pelo DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), assim como o rio Tamanduaí.

Já os córregos e grandes galerias de São Paulo, que vão desaguar nesses rios, são responsabilidade da Secretaria Municipal de Vias Públicas, enquanto que as pequenas galerias e bocas de lobo são administradas pelas 17 Administrações Regionais.

Quando ocorrem as inundações, o atendimento aos atingidos não é feito por esses órgãos, mas pela COMDEC (Comissão Municipal de Defesa Civil) e pela Secretaria de Bem-Estar Social, no caso de São Paulo. Nos outros municípios da metrópole, que sofrem os mesmos problemas, as administrações municipais são responsáveis pela situação dos córregos e galerias e também pelo atendimento.

Mas os órgãos responsáveis pela ocupação e parcelamento do solo são outros. A nível estadual: EMPLASA, Secretaria dos Negócios Metropolitanos; e a nível municipal: Secretaria de Planejamento, Secretaria de Habitação e Urbanismo, entre outras.

Esse quadro nos dá uma idéia da rede em que é jogada a população quando vai cobrar a responsabilidade das conseqüências das enchentes sobre seus bens e suas vidas.

Todos esses órgãos estão envolvidos com projetos e obras que são implementados de forma estanque, sem qualquer articulação entre eles.

É preciso lembrar também que todas essas entidades são dirigidas por pessoas que não têm qualquer compromisso direto com a população, foram escolhidas e indicadas para seus cargos sem que a população fosse ouvida.

Essa estrutura governamental, que envolve bilhões de cruzeiros saídos dos cofres públicos, tem sido montada não para oferecer melhores condições de vida à população, mas para financiar o aumento dos lucros dos grandes empresários e proprietários de terra.

Esse é o papel fundamental do Estado, em todos os níveis, no sistema de exploração capitalista em que vivemos.

A cidade se converteu num grande mercado da sociedade de consumo, no qual se compra e vende o espaço urbano, onde o acesso aos serviços urbanos se define em função da renda e não das necessidades da população.

Os lucros desse comércio do espaço são apropriados pela classe dominante que estabelece ela mesma as suas próprias normas jurídicas de apropriação.

Por isso apesar de todos os discursos sobre o controle do uso do solo feitos pelos homens de governo, em 1975 foi aprovado o Código de Edificações do Município de São Paulo (13), que determina para as construções junto aos cursos d'água:

Art. 20 — As edificações junto aos rios, córregos ou fundo de vale ou, ainda, junto às faixas de escoamento de águas pluviais, qualquer que seja o seu percurso em relação aos logradouros, obedecerão às seguintes exigências, sem prejuízo de restrições maiores estabelecidas em norma específica:

1 — A fim de se assegurar a constituição de faixa "non aedificandi" ao longo do percurso, a edificação deverá guardar sempre a distância horizontal mínima:

a) de 2,00 m, a contar da face externa da canalização ou galeria, quando já existir esse melhoramento;

b) de 3,00 m, a contar da linha de maior profundidade da garganta ou vale natural, para os casos de fundo de vale natural, para os casos de fundo de vale "seco" ou faixa de escoamento de águas pluviais, ainda não canalizados;

c) de 4,00 m, a contar da linha de maior profundidade do álveo ou leito natural, para

os casos de córregos ou veios d'água perenes, ou ainda não canalizados;

Com isso o poder público autorizou a ocupação das várzeas, estrangulando os córregos para aumentar os lucros dos negócios imobiliários.

Mais uma vez a estrutura do estado fuge à sua responsabilidade de orientar a ocupação do solo de forma a melhorar as condições de São Paulo e mostra sua verdadeira face, de aliado dos proprietários e capitalistas.

As desvantagens ocasionadas pela cada vez maior impermeabilização do solo tem o seu custo distribuído para a população trabalhadora, pois é o próprio estado, com dinheiro público, o financiador das obras que minimizarão os problemas. E o estado, imbuído da visão da classe dominante, determina a qualidade dessas obras pelo nível de renda dos moradores.

É explicável, mas não aceitável, que os "grandes técnicos detentores do saber", pagos com altos salários pelo poder público possam afirmar nas recomendações sobre o controle de enchentes do Plano Urbano Básico de São Paulo, de 1968:

"no caso atual, deve-se levar em consideração, principalmente a relação custo-benefícios de fato. O aspecto segurança, que comumente assume um caráter prioritário, como no caso do cálculo dos órgãos extravasadores de uma barragem, tem aqui importância secundária, pois não há o risco de perda de vidas humanas. Procura-se, nessa oportunidade, tão-somente minimizar os prejuízos provocados pelas enchentes quase periódicas dos rios Tietê e Tamanduateí, nas propriedades públicas e particulares". O PUB propõe:

"adotar os seguintes tempos de recorrência das chuvas para elaboração de projetos:

— 20 anos para as zonas de alto comércio, densamente construídas e de grande valor;

— 10 anos para zonas densamente povoadas e de médio comércio;

— 5 anos para as zonas de baixo valor."

Está aí escrita com todas as letras a descrição que está submetida a população mais pobre da cidade.

As obras são executadas para pouco tempo de duração, para se diminuir os investimentos. Mas isso só é explicável pela curta visão que o capitalismo impõe para a resolução dos problemas que afligem a população que "não pode pagar".

Sob a ameaça do fantasma de uma crise de energia elétrica que paralisaria o parque industrial de São Paulo, o governo federal, em 1946, concedeu à Light licença para altear a barragem de Edgard de Souza. Hoje temos um superávit de energia e a barragem continua intacta.

Sob a ameaça da falta d'água, de 60 a 80 assistimos ao início da construção das barragens do Alto Tietê, nunca acabadas; foi criada a SABESP, que centralizou todos os órgãos ligados a água e esgoto; posteriormente foi iniciado o "Sistema Cantareira" (na época chamado heresia técnica) que traz água de mais de 100 km de distância para São Paulo. A água agora "importada" através de obras caríssimas, tornou-se um dos serviços mais caros vendidos à população.

Com o objetivo de acabar com os problemas de transporte na cidade, na década e 70 foram construídos inúmeros viadutos e vias expressas sem que as condições de transporte coletivo melhorassem.

Com medo da poluição crescente, foi criada a CETESB, e a poluição ainda hoje continua aumentando.

Nessa década também "Descobriram" que os rios de São Paulo estão cheios de esgoto e foi iniciado o projeto SANEGRAN. Atualmente as obras inacabadas parecem ruínas enferrujadas e o atendimento a população carente manteve-se quase inalterado.

Além disso o túnel do SANEGRAN construído a cerca de 2m abaixo do leito do Rio Tietê e poderá inviabilizar o rebaixamento da sua calha, prevista há muito pelo DAEE.

Como entender tantos atos e tão poucas soluções?

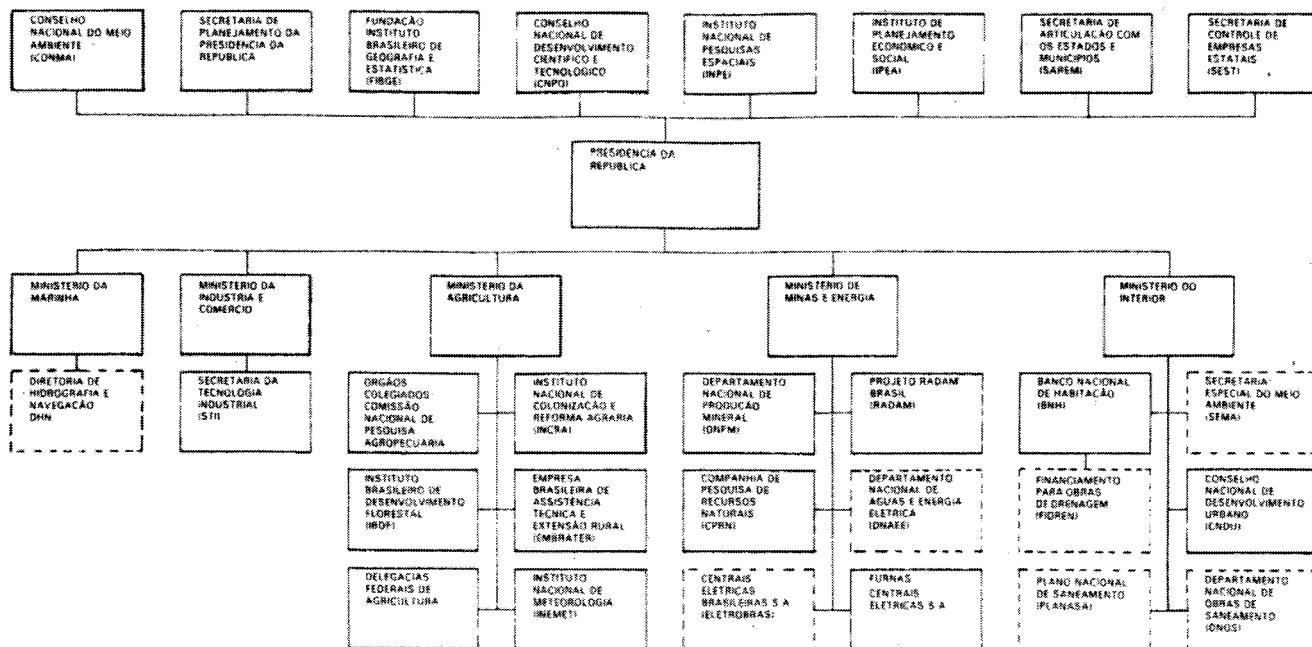
As empreiteiras, ligadas aos meios de comunicação com seus tentáculos nos poderes Legislativo e Executivo, elejem e propagandizam os "grandes problemas" (que quase sempre se casam com os da população carente de tudo) e orientam assim a prioridade dos investimentos do Estado. Essa tem sido a forma de canalizar os recursos públicos para os capitalistas. A verdade é que os atos e obras do setor público têm outros objetivos que não a melhoria da vida da maioria dos cidadãos paulistanos.

Essa falta de compromisso do aparelho do estado com a população carente se traduz na qualidade das obras feitas pelo poder público, sejam elas de grande ou pequeno porte.

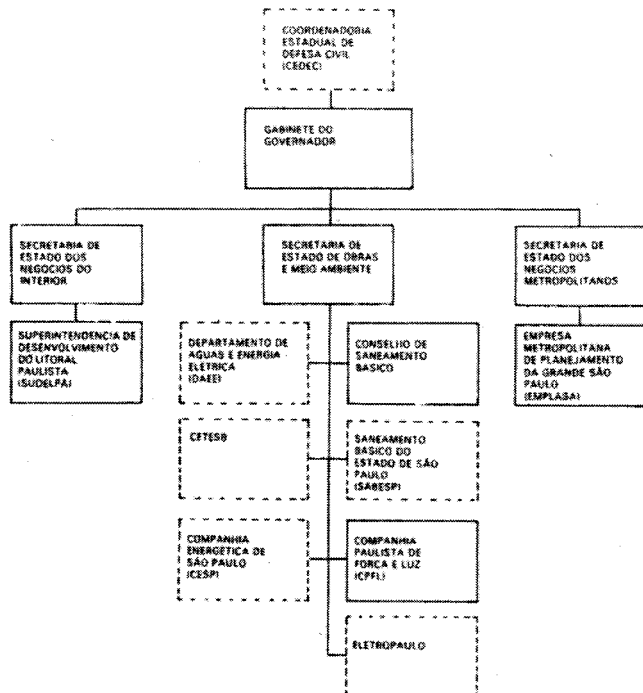
As inúmeras obstruções e estrangulamentos causados por canalizações, pontes e viadutos executados sem o mínimo cuidado, são verdadeiros abusos às mínimas leis da engenharia, que qualquer leigo pode constatar.

Como a população pode confiar na resolução das enchentes sem sua participação e controle da estrutura do Estado?

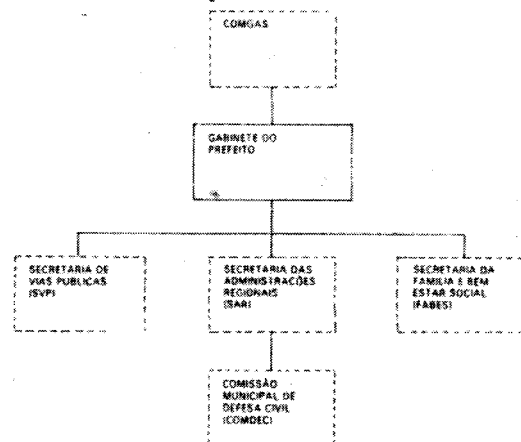
Âmbito Federal



Âmbito Estadual



Âmbito Municipal



Interferência Direta

Propostas

As idéias, análises e propostas apresentadas, debatidas e aprovadas na Comissão Especial de Inquérito constituída pela Câmara Municipal de São Paulo com a finalidade de estudar e apurar responsabilidades com relação às enchentes que ocorrem regularmente na cidade de São Paulo tiveram sempre por fundamento a visão de que o poder público deve assumir como prioritária a questão das inundações, visto ser ele inteiramente responsável pela prevenção e solução do problema, bem como pela indenização dos danos causados à população.

O entendimento do caráter prioritário da questão das enchentes decorre também da constatação, por parte da Comissão, de que toda a população da cidade de São Paulo sofre, direta ou indiretamente, as conseqüências do problema. As pessoas que vivem nas áreas mais atingidas pelas enchentes se vêem constantemente às voltas com mortes, epidemias, perda dos bens, num verdadeiro estado de insegurança generalizada. Já aquelas aparentemente livres das agruras causadas aos mais diretamente afetados pelo problema, são vítimas da situação de calamidade pública que se abate sobre a cidade todas as vezes em que se registra a ocorrência de chuvas.

A relevância do problema é inegável, sendo a erradicação das enchentes reconhecida mundialmente com a medida essencial ao saneamento das áreas urbanas. Considerando-se que o poder público deve ter por preocupação maior a melhoria constante das condições de vida e saúde da população, é inadmissível que, em virtude da pressão popular só recair mais intensamente sobre as autoridades na época das enchentes, o problema não seja encarado como prioritário.

Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão demonstraram que a maioria das enchentes decorre do abandono a que ficaram relegados os sistemas iniciais de drenagem: guias, sarjetas, bocas de lobo, galerias, e córregos. A solução de mais de duzentos pontos de ocorrência de enchentes espalhados por toda a cidade de São Paulo não se encontra, portanto, na execução de obras vultosas e caras, que acabam por beneficiar principalmente as grandes empreiteiras e apenas em menor escala a população. Na imensa maioria dos casos, o fim

dos problemas causados pelas enchentes poderá vir a partir da realização de um trabalho

contínuo do poder público na manutenção e ampliação dos sistemas de drenagem e da aplicação imediata de medidas destinadas a controlar a ocupação do solo urbano, em especial das várzeas. Tais atividades, além de contribuir decisivamente para a eliminação das inundações, caracterizam-se pela aplicação de menores investimentos e pelo uso de mão-de-obra intensiva, podendo servir, nesse sentido, de instrumento do poder público para amenizar os crescentes níveis de desemprego a que estão submetidos os trabalhadores.

A participação da população no encaminhamento da solução das enchentes de São Paulo é outro aspecto ressaltado frequentemente no desenrolar dos trabalhos da Comissão. Essa participação deve se dar no processo de tomada de decisões que objetivem sanar o problema e também se refletir em uma atitude continuada de pressão, controle e fiscalização sobre a execução das obras voltadas para o combate às enchentes.

Conclui-se, em resumo, que a solução do problema das enchentes deve ter como premissa básica a adoção por parte do poder público de uma política que tenha os seguintes pressupostos:

- a) o poder público é inteiramente responsável pela prevenção e solução das enchentes, bem como pela indenização dos prejuízos causados à população atingida;
- b) a questão das enchentes tem que ser assumida como prioritária pelo poder público, que deve ter por preocupação maior a melhoria constante das condições de vida e saúde da população;
- c) deve ser priorizada a realização de obras destinadas a solucionar o problema das enchentes localizadas, que são as que afetam mais diretamente e em maior grau a população;
- d) a população deve ter uma participação intensa e independente no processo de tomada de decisões destinadas a combater as enchentes e, também, exercer uma atividade constante de pressão, controle e fiscalização sobre a ação do poder público.

A concretização dessa política, que possibilitará a solução do problema das enchentes na cidade de São Paulo, deverá se traduzir pela adoção das seguintes medidas:

1 priorização dos investimentos voltados à limpeza e manutenção das bocas de lobo e galerias, assim como ao desassoreamento e aprofundamento de córregos, canalização a céu aberto, contenção de taludes por plantio; esses trabalhos devem ser executados de forma contínua durante todas as épocas do ano e não somente após chuva ou durante a estação chuvosa; além disso, o poder público deve passar a agir a partir de um plano global e sempre de jusante para montante, sob pena de haver apenas a transferência das inundações de um ponto para outro; se executadas dessa forma, essas obras realmente diminuirão a ocorrência de enchentes, além de serem serviços que necessitam poucos investimentos e mão-de-obra intensiva;

2 execução da forma mais simplificada e rápida das obras do rio Tamanduateí, estendendo-as até a região do ABC, de modo que sejam erradicadas enchentes crônicas que se registram regularmente nessa área da metrópole; para isso será necessário também adequar a foz do ribeirão dos Meninos, seu principal afluente;

3 adoção de uma visão global na utilização dos recursos hídricos em geral e do rio Tietê em particular; isso implica a desativação do Sistema Light, que utiliza tais recursos para produção de energia elétrica e diluição de esgotos, em prejuízo de seus múltiplos usos, entre os quais o controle das enchentes; tal medida favorecerá a despoluição da represa Billings (antiga reivindicação popular e dos meios técnicos), a diminuição do assoreamento do rio Tietê, o aumento de sua velocidade de escoamento, além de baratear as obras de rebaixamento de sua calha;

4 As obras propostas devem ser executadas através da substituição progressiva da contratação de empreiteiras pelo sistema de execução direta do poder público, cujos órgãos devem iniciar um processo de reaparelhamento, indispensável para que possam desenvolver no ritmo necessário as obras pelas quais são os responsáveis;

5 organização de frentes de trabalho, aparelhadas e orientadas tecnicamente pelo poder público, para a realização de atividades com a mão-de-obra a ser contratada; essa medida, que não envolve o dispêndio de um grande volume de recursos, se tomada a curto

prazo, poderá minimizar o problema das enchentes e por outro lado, contribuir para o combate à situação de desemprego que aflige os trabalhadores;

6 aplicação de um controle efetivo sobre a área "non aedificandi" localizada ao longo dos cursos d'água, de vinte metros, como dispõe a Lei Lehmann, controle este que deve se dar através da ocupação das várzeas por atividades compatíveis com sua função primordial de contenção de cheias: áreas verdes, campos de esporte e áreas de recreação; nas áreas já ocupadas, em especial os pontos de estrangulamento das águas e os locais cujas cotas estão abaixo do nível máximo dos cursos d'água, o poder público deverá proceder à desapropriação através de um plano onde se priorize a liberação das áreas inundáveis que afetam maior número de pessoas;

7 promoção de mudanças na Lei de Zoneamento, com a finalidade de controle da impermeabilização do solo através da criação de taxas de permeabilização do solo dos lotes, reserva de áreas e implantação de parques e jardins;

8 criação de mecanismos de penalização dos loteadores, cujos empreendimentos causam danos, sejam eles decorrentes de parcelamento de áreas de alta declividade que ocasionam deslizamentos, erosão e, portanto, assoreamento de córregos e galerias, ou de parcelamento de baixadas inundáveis.

9 execução de uma política fundiária e habitacional pela qual as medidas acima propostas não acarretem uma dificuldade adicional ao acesso à moradia por parte dos menos favorecidos;

10 Limpeza e desratização constante dos terrenos baldios e várzeas, ampliação da coleta de lixo (inclusive para as favelas), ampliação da limpeza de ruas e eliminação dos lixões; essas medidas representam a forma mais conseqüente e duradoura de, além de diminuir o entupimento dos córregos e galerias, combater os agentes transmissores de doenças (ratos, insetos etc.);

11 o poder público deve assumir sua responsabilidade sobre os danos causados pelas enchentes com a criação de um "Fundo para as Enchentes", destinado a repor os prejuízos da população atingida; os recursos para esse Fundo podem vir, por exemplo, de pequena porcentagem retirada das taxas de água atualmente cobradas de toda a população; o Fundo deverá ser administrado com a efetiva participação da população atingida pelas enchentes através de representantes eleitos pelos moradores das áreas inundadas;

12 isenção do pagamento das taxas de água e luz e do Imposto Predial e Territorial Urbano referentes às habitações atingidas pelas enchentes; a concretização dessa proposta trará como conseqüência a diminuição das despesas da população vitimada e implicará uma pressão mais concreta, porque econômica, para que o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal realmente passem a enfrentar esse problema, já crônico em São Paulo.

Os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito demonstraram que a política e as medidas propostas possibilitarão o êxito do combate ao problema das enchentes. Mas a efetiva implementação dessa política e dessas medidas só se consumará com a participação da população em todos os órgãos e instâncias responsáveis pelo planejamento e execução de soluções para as enchentes. Cabe à população apontar prioridades, tipos de serviço, locação de mão-de-obra, destinação de recursos, sem que haja interferência por parte do poder público. É fundamental que se respeite as formas que a população cria para se organizar, pois não haverá participação se lhe for negado o direito de decidir com consciência e autonomia sobre tudo que se relacione à sua vida cotidiana.

Sala das Sessões Especiais.

São Paulo, 20 de agosto de 1983.

Cláudio Barroso Gomes — PT

Edson Simões — PMDB

Luíza Erundina — PT

Lauro Ferraz — PMDB

Nelson Guerra — PDS

Mário Noda — PTB

Albertino Nobre — PTB



Consequências do transbordamento do Córrego Gamelinha, pouco antes de sua embocadura no rio Aricanduva, 12/02/83.

- (1) Jornais consultados: "A Província de São Paulo"; "Diário de São Paulo"; "Folha de S. Paulo"; "Jornal da Tarde"; "O Estado de São Paulo"; "Última Hora".
- (2) FONTE: Região Metropolitana de São Paulo — Diagnóstico 75 — Condições Urbanas.
- (3) Diagnóstico de Drenagem do Município de São Paulo — Março 83 — SEMPLA — PMSP
- (4) Depoimento à CEI-Enchentes, por Horácio Ortiz; em 14-03-83.
- (5) Depoimento à CEI-Enchentes, por Werner Zulauf, em 07-03-83
- (6) — Segundo Neison Nucci, atual Diretor da SABESP, publicado na Folha de S. Paulo de 27-07-83.
- (7) — Plano Urbanístico Básico de São Paulo — PMSP — 1968.
- (8) — Documento da Light citado por Figueiredo Ferraz em depoimento à CEI-Enchentes, em 28-02-83.
- (9) Ver: "Semana de Estudos sobre Enchentes na GSP" realizada na Câmara Municipal de São Paulo, em Maio de 1971.
- (10) Folha de S. Paulo — 28-03-80.
- (11) Ver capítulo — pág.
- (12) Revista Visão — n.º 11 — 15-03-82.
- (13) Lei n.º 8266 de 20 de Junho de 1975 — Administração Otávio Setubal.